

RIO DE JANEIRO: PATRIMÔNIO CULTURAL, MEMÓRIA E REPARAÇÃO*

RIO DE JANEIRO: CULTURAL HERITAGE, MEMORY AND REPARATION

Ana Paula Alves Fernandes

 <https://orcid.org/0009-0006-2653-0829>

Bolsista (pós-doutorado nota 10 - FAPERJ) no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, Brasil.

Gabriel da Silva Vidal Cid

 <https://orcid.org/0000-0003-0479-041X>

Correspondência: gabrielsvcid@gmail.com

Bolsista (pós-doutorado nota 10 - FAPERJ) no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

DOI: 10.12957/cdf.2025.89510

Recebido em: 31 jan. 2025 | **Aceito em:** 01 fev. 2025

RESUMO

No Brasil e no mundo, uma série de questionamentos sobre a escrita de uma história oficial coloca à prova os monumentos da cultura. Através da identificação de alguns lugares de “memória difíceis” – entendidas como as memórias traumáticas e controversas, relacionadas a grupos marginalizados –, nossa comunicação busca chamar a atenção para o apagamento na esfera pública, de importante parcela da história cultural do estado do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Reparação; memória coletiva; memórias difíceis; Rio de Janeiro; cultura.

ABSTRACT

In Brazil and around the world, a series of questions about the writing of an official history are putting cultural monuments to the test. By identifying some places of “difficult memory” – understood as traumatic and controversial memories related to marginalized groups – our communication seeks to draw attention to the erasure in the public sphere of an important part of the cultural history of the state of Rio de Janeiro.

Keywords: Repair; collectivememory; difficult memories; Rio de Janeiro; culture.

*Este artigo é uma versão da apresentação escrita para o livro *Lugares de Memórias Difíceis no Rio de Janeiro*. Ver Santos; Fernandes e Cid (2024).



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons BY 4.0, que permite uso, distribuição e reprodução para fins não comerciais, com a citação dos autores e da fonte original e sob a mesma licença.

1 INTRODUÇÃO

O sociólogo Maurice Halbwachs (1994; 2006), procurando seguir os passos de Émile Durkheim, notabilizou-se, ainda nas primeiras décadas do século XX, por mostrar que as memórias de fatos passados não eram meramente individuais e se fortaleciam e adquiriam narrativas mais estáveis a partir de sua formação por grupos sociais. O autor, responsável pelo termo memória coletiva, flexibilizou o positivismo de Durkheim, e defendeu a distinção entre memória coletiva e história, separação que foi acompanhada pelos historiadores da época. Para o autor, a memória, embora percebida como atributo individual, seria sempre resultado das interações sociais a partir da adesão afetiva de um grupo. Além de seu aspecto individual, a instabilidade da memória, que se reproduz em grupos tradicionais, tem sido a tônica de diversos estudos contemporâneos. Esta perspectiva pode ser vista nos estudos do historiador francês Pierre Nora (1984), mas que de alguma maneira se vê presente em leituras mais contemporâneas, como em Françoise Hartog (2015).

Há, de fato, uma explosão da temática da memória coletiva nas últimas décadas do século XX, relacionadas à pluralidade e à aceleração do tempo, características das sociedades dinâmicas e individualistas dos tempos atuais (Santos, 2014). Concomitantemente à dissolução de círculos tradicionais, observa-se o recrudescimento do sentimento de insegurança sobre a possibilidade de preservação do passado (Santos, 1993). Esta tem sido a tônica das preocupações da UNESCO na formulação das políticas de patrimônio material e imaterial. Os alemães Jan Assmann (2008) e Aleida Assmann (2011) trabalham com a diferença entre memória de curto prazo, reproduzida entre gerações, e memória cultural, com duração bem mais longa (Assmann, 2011). Segundo Aleida Assmann, a memória associada a locais e suportes culturais adquire permanência ao longo do tempo e ultrapassa a memória restrita a algumas gerações. Seja ela individual ou coletiva, a memória necessita, então, de suportes materiais e imateriais para que as lembranças de um grupo ou nação não caiam no esquecimento.

Com a entrada na modernidade, a “História”, com letra maiúscula, passou a ser definida como ciência objetiva e neutra, enquanto a memória permaneceu associada à capacidade de resgatar eventos do passado a partir de critérios pessoais e de interesses coletivos. Contudo, estudos mais recentes desconstruíram essa dicotomia. A construção da história não é única, mas feita a partir de critérios de investigação. Ainda que não sejam absolutos, estes critérios são oriundos das relações de poder e estão presentes nos diversos

campos do saber, sendo encenados no espaço público. Há um processo contínuo de escrita e reescrita da história que segue os caminhos das disputas e das memórias coletivas constituídas dentro e fora dos círculos acadêmicos. Diversas contribuições teóricas nos ajudam a compreender os limites e entrelaçamentos de conceitos como história e memória, bem como a noção de tempo histórico. A elaboração da história, assim como a reconstrução do passado pela memória são processos contínuos que não implicam necessariamente em apagamento de eventos passados.

Em *Teses sobre o Conceito de História*, de 1940, Walter Benjamin acusou os documentos da cultura de serem resultado da barbárie. Para o autor, o que encontramos no tempo presente são as marcas dos vencedores deixadas para as gerações subsequentes. Os que foram vencidos não tiveram voz, foram silenciados, e seus registros, apagados da história. Podemos, contudo, ampliar a dinâmica entre vencedores e vencidos para diversas formas de dominação e conflito, entre elas, racismo e misoginia, que ocorrem em enorme gama de formas de governo presente na contemporaneidade. Para o sociólogo Michael Pollak (1989), criador do termo “memórias subterrâneas”, as memórias dos excluídos, dos marginalizados e das minorias podem sobreviver e se manter em constante tensão com a memória oficial da nação. Sob repressão direta do Estado, pode acontecer o silêncio sobre o passado, o que não implica o apagamento da história ou a existência de uma sociedade civil impotente. Nessa leitura, lembranças dissidentes podem continuar a ser reproduzidas em redes familiares e de amizades.

2 A MEMÓRIA QUE SE DISPUTA NA CIDADE

Atualmente, a separação entre memória coletiva e história dificilmente encontra sua pertinência. A história pode ser escrita a partir das memórias e dos lugares de memória, como apresentada na coleção reunida por Pierre Nora (1984; 1986; 1992). O historiador Benedict Anderson (2008), em livro que hoje é uma referência, questionando a escrita científica da História, procurou mostrar como a formação das histórias oficiais depende de relações de poder e de processos culturais que envolvem a reiteração das narrativas por comunidades ampliadas. Assim, a celebração de fatos e personagens da história como sendo a “História” reitera o apagamento do que não foi celebrado. A criação de um monumento é a tentativa de formar uma história única em torno de um mito, silenciando com ele os conflitos do passado.

Quando caminhamos pela cidade, raramente prestamos atenção aos monumentos, memoriais, nomes de prédios públicos, bem como de avenidas, viadutos e pontes. Estátuas e monumentos se confundem com a natureza e se tornam invisíveis; No entanto, os lugares por onde passamos em nossas trajetórias diárias não são neutros como parecem; eles nos ajudam a lembrar e atualizar o passado. Além disso, desempenham um papel importante na construção de quem somos e em nossa compreensão do mundo; promovem valores, noções de justiça e de cidadania. Todo esse conjunto de símbolos e significados fará parte de nossa infância, de emoções que nos constitui. Podemos ressignificar o sentido desses nomes mais tarde, mas há um fator memorial e afetivo que permanece. Memórias são pessoais e coletivas, e, nesse imbricamento, situa-se nosso processo de inserção no mundo.

Em diversos países, a profusão de monumentos homenageando ditadores, colonizadores e figuras históricas controversas nas cidades têm sido pichados, derrubados e negados contemporaneamente por movimentos sociais e políticos. Parte da população começa a rejeitar homenagens feitas no passado a heróis que foram consagrados por histórias oficiais, ignorando a violência perpetrada por eles no passado. A mudança de signos no espaço público é um processo contínuo, ela ocorre quando percepções políticas em relação ao passado se modificam. Vimos, em um passado recente, diferentes ações em cidades pelo mundo, em torno do que foi chamado genericamente no Brasil de ‘derrubada de estátuas’ e no cenário internacional de movimentos ‘Rhodes Must Fall’ (RMF), que se denominam como ‘Fallists’¹. Também no Brasil, a história oficial tem sido objeto de contestação. No dia 24 de julho de 2021, em São Paulo, ativistas queimaram pneus ao redor da estátua do bandeirante Borba Gato, criando intenso debate no espaço público (Schwarcz, 2024). O aprisionamento, escravização e extermínio de povos indígenas e quilombolas são práticas que deixam de ser naturalizadas como o mal necessário.

Os exemplos de violência e opressão no Rio de Janeiro são vários, e, embora estejam presentes desde as guerras coloniais de conquista, nem sempre estão aparentes. O cânone atua no ocultamento das diferentes marcas de poder e opressão que atingiram os grupos mais vulneráveis, apresentando uma ordem pacificada, a qual, no entanto, subjuga populações inteiras e suas mais variadas formas de expressão. Vencedores registram sua versão dos fatos em suportes da memória, que podem ser hábitos, costumes,

¹Ver, as reflexões de Vergés (2020), Mirzoeff (2021) e estudos reunidos em Kaminsk e Napolitano (2022) e Meneguello e Bentivoglio (2022).

tradições, documentos, filmes e livros, mas também na história oficializada, que está presente em monumentos, memoriais e nomes de prédios e ruas.

O termo “lugares da memória” foi consagrado por Pierre Nora, ao procurar apresentar a construção da nação francesa a partir de seus símbolos culturais (Nora, 1984, 1986, 1992). Como conceito, “lugares de memória” se refere a bens que são operados na organização de passados comuns a determinados grupos sociais. São símbolos que possuem significados dentro de uma determinada estrutura de sentimentos. Nora está direcionando seu olhar para processos de consolidação do projeto moderno de organização dos estados-nação. Sua interpretação é a de que com a aceleração das relações humanas, oscilações de acontecimentos, na modernidade, produzem uma sensação de “ruptura de equilíbrio”, daí a necessidade de criação de “lugares de memória”. Nora tem como premissa que na modernidade os mecanismos tradicionais de transmissão de memória não são mais possíveis, necessitando a organização, ou eleição, de determinados lugares, dentro da perspectiva da História (em oposição à memória) como narrativa do passado. Trata-se de uma oposição entre uma memória integrada, transmitida e compartilhada no interior dos grupos sociais, com outra baseada em vestígios, marcando trilhas do conhecimento histórico produzido por especialistas em um efeito de revelação de algo que é exterior, mas formativo dos indivíduos e grupos².

Podemos afirmar que tais processos seriam “artificiais”, ou “tradições inventadas”, como na coletânea organizada por Eric Hobsbawm e Terence Hanger (1983). Essas memórias são importantes marcadores identitários e organizam pertencimentos, tendo o modelo de estado-nação moderno ocidental como parâmetro. Problematicar sobre a organização de tais memórias nos leva a desnaturalizar as ditas memórias nacionais. E, por outro lado, reconhecer que tal organização se faz em meio a estruturas de poder que são incorporadas³ de forma muito potente, especialmente quando pensamos na materialização desta memória em suportes materiais nas cidades, na eleição de monumentos e nomeação de ruas, praças e bairros. Embora nem todas assim o façam, muitas das memórias difíceis remetem à problematização da ideia de estado-nação,

²Autores de diversas linhas teóricas vão apontar para a relação entre a organização de narrativas relativamente estáveis de um passado na construção de passados, presentes e futuros comuns, sentimentos de pertencimento de identidades, ver, Anderson (2008), Hobsbawm (1990) Elias (1998), Pollack (1992), Smith (1991) e Gillis (1994).

³A elaboração teórica de Foucault nos permite compreender com precisão como se dá a incorporação de determinadas estruturas de produção de significados, em relação à produção historiográfica e narrativas dos grupos sociais. Ver, em especial, Foucault (1979), *Nietzsche, a genealogia e a história*.

reforçando as violências na organização de uma memória única, organicamente vinculada a um território⁴.

Já possuímos aportes para compreender que os monumentos da cultura expressam a ordem estabelecida. Os vencedores registram sua versão dos fatos e contam com suportes da memória, que podem ser hábitos e costumes, mas também os diversos pontos fixos ou lugares que se espalham pelas cidades. Raramente, há uma problematização dos nomes de ruas e prédios. Estátuas e denominações se confundem com pontos fixos do presente e, com eles, toda a trama da história desaparece. O que se apresenta na morfologia, a fisiognomonia (Bolle, 1994) da cidade como um fato urbano (Rossi, 1995), é uma história única, contada pelos vencedores. Esses aparatos, equipamentos de memória, foram construídos em um passado que os cidadãos não conhecem. Entretanto, os lugares por onde passam em suas trajetórias diárias não são vazios de sentido, estão associados a eventos do passado e muitas vezes homenageiam fatos e personagens. Além disso, esses lugares desempenham um papel importante na construção da identidade de cada um e promovem valores, noções de justiça e de cidadania. O conjunto de símbolos e significados que fazem parte das experiências de infância e das emoções vivenciadas por um indivíduo está presente na formação de sua compreensão de mundo, mesmo que, enquanto adulto, ele possa reconstruir esses significados. Memórias são pessoais e coletivas, e, nesse imbricamento situa-se o processo de inserção social.

Esses objetos espalhados pela cidade fazem parte da “memória coletiva”, termo criado por Maurice Halbwachs, primeiro sociólogo a mostrar como as memórias se fortaleciam e adquiriam narrativas mais estáveis a partir dos processos interativos de grupos sociais (Halbwachs, 2006). O autor, contudo, percebia as interações sociais a partir da adesão afetiva do grupo e do consenso. Enquanto discípulo de Émile Durkheim, o sociólogo não descreveu nem as disputas, nem a coexistência de múltiplas memórias, no interior de cada grupamento ou construção social. Michel Pollak (1989) foi quem contribuiu com o debate ao apontar a permanência de memórias dissidentes das memórias coletivas hegemônicas. Nesses casos, não há apagamento ou esquecimento, nem disputas pela memória, mas, apenas, silenciamento. As “memórias subterrâneas”, as quais o autor se refere, se mantêm circunscritas a certos círculos sociais. Sentimentos diversos como dor, apatia, distância, vergonha e embaraço, estão entrelaçados com memórias que se

⁴Nas últimas décadas, movimentos sociais, especialmente no âmbito de reconhecimento de direitos a imigrantes, vêm tensionando as identidades baseadas na ideia de cidadania vinculada a um Estado. Ver, o debate de Butler e Spivak, em Butler (2018).

mantêm ocultas. Sob repressão direta de um poder hegemônico, o silêncio sobre o passado não implica a existência de uma sociedade civil impotente. O autor descreve como lembranças dissidentes são reproduzidas em redes familiares e de amigos (Pollak, 1989).

O censo de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, indica que no estado do Rio de Janeiro a população de pessoas pretas e pardas soma a maioria da população, 49% (respectivamente 12,1% e 36,9%), enquanto os brancos representam 47,4%. No entanto, a história narrada em equipamentos e suportes de memória não condiz minimamente com a proporcionalidade da população africana e de seus descendentes. A valorização do patrimônio colonial é ainda preponderante. O objetivo de nossa comunicação no *I Seminário de Estudos sobre o Estado do Rio de Janeiro* e *III Seminário de Economia Fluminense*, era apresentar algumas iniciativas de trato de memórias difíceis e das populações negras que estiveram à margem de direitos e dos discursos institucionais. Nossa proposta foi destacar alguns bens que podem ser lidos como suportes de memória dos africanos em diáspora. Em cenário extremamente desfavorável, estas pessoas foram capazes de transmitir memórias, saberes e, com imensa criatividade, reinventaram formas de viver em meio a violências e injustiças. Essas memórias inscritas em suportes materiais e imateriais precisam estar presentes nos imaginários coletivos da história do Brasil. Afinal, a lembrança, quando acompanhada de reflexão e debate, pode evitar a repetição dos erros do passado e contribuir para a construção de um estado menos desigual, violento e injusto.

Estes bens tensionam a narrativa da cidade, ainda que no quadro mais geral seja visível o predomínio e valorização de uma perspectiva entendida como “tradicional”. Nos estudos sobre o patrimônio cultural, se consagrou a expressão “pedra e cal” para ressaltar o privilégio dado nas políticas de patrimônio às construções coloniais, simbolicamente marcadas pelos fortes militares e igrejas católicas. No Rio de Janeiro, a violência do Estado e colonial se repete a cada dia, especialmente nos territórios mais empobrecidos, ela faz parte do cotidiano da cidade.

Em 14 de março de 2018, a vereadora do Rio de Janeiro, Marielle Franco – defensora de direitos humanos, atuante no combate à violência policial e à formação de milícias no estado – foi assassinada junto ao motorista Anderson Gomes. O caso até hoje não foi totalmente solucionado, tendo sido perpetrado por assassinos profissionais, a identidade dos mandantes permanece sob suspeita. Esta morte teve repercussão nacional e internacional, o Instituto Marielle Franco foi criado na procura de justiça, e algumas

iniciativas foram criadas para que seu nome faça parte hoje do cotidiano da cidade. Uma das marcas da cidade associada à Marielle é a placa de rua com seu nome colocada na Praça da Cinelândia, onde se encontra a Câmara de Vereadores. Em 2018, em um comício, candidatos que defendiam o aumento de armamento e repressão policial para combater crimes na cidade, quebraram a placa em um ato simbólico⁵. Desde então, milhares de placas foram produzidas, inundando diversos espaços na cidade e em outras partes do Brasil e do Mundo. A criação da estátua Marielle Franco, em que ela aparece de corpo inteiro e erguendo sua mão direita, em um espaço que fez parte de suas lutas políticas, o Buraco do Lume, no Centro do Rio de Janeiro, é outro aparato urbano que procura deixar viva sua luta por justiça e reparação⁶. As placas de rua com o nome de Marielle têm servido de modelo para outras iniciativas, como acontece com o movimento de mães que lutam por justiça às vítimas de violência do Estado. Instalações urbanas com placas que destacam o nome dos jovens assassinados estão presentes em atos e manifestações. A importância da memória para combate à violência, injustiças e impunidade é uma das questões atuais. A imagem de Rafael Braga, jovem preso injustamente na onda dos protestos de junho de 2013, ficou bastante conhecida. O caso Amarildo também teve grande repercussão (Menezes, 2024).

Como exemplo de violência, podemos citar a Chacina de Vigário Geral, no Rio de Janeiro, em 29 de agosto de 1993, quando policiais entraram armados em um bar e arredores, atirando e assassinando 21 moradores (Ferraz, 2024). A publicidade alcançada na época não evitou a continuidade de incursões armadas em favelas e outros locais da cidade habitados por trabalhadores de baixa renda. As chacinas, muitas delas ocorridas em operações policiais, são uma constante na cidade do Rio de Janeiro⁷. A morte de crianças é uma constante em favelas cariocas. A presença habitual de corpos estendidos nas ruas leva a traumas diversos para os moradores desses locais, reforçando a sensação

⁵Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/07/rj-candidatos-do-psl-que-quebraram-placa-como-nome-de-marielle-sao-eleitos.htm>. Acesso em 12 de novembro de 2023. Quatro anos depois, dois dos candidatos, agora eleitos, posaram com restos da placa quebrada, emoldurada e exposta em um de seus gabinetes oficiais. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/quatro-anos-depois-dupla-posa-de-novo-com-placa-quebrada-de-marielle>. Acesso em 12 de novembro de 2023.

⁶Gomes e Lânes (2022 e 2024) vêm estudando e acompanhando as diferentes leituras e linguagens pela qual a Placa da Marielle Franco foi apropriada.

⁷O Instituto Marielle Franco disponibiliza uma listagem das chacinas ocorridas. Disponível em: https://wikifavelas.com.br/index.php/Linha_do_tempo_das_principais_chacinas_no_Rio_de_Janeiro. Acesso em 12 de novembro de 2023. Ver, também, o relatório *Chacinas Policiais no Rio de Janeiro: Estatização das mortes, mega chacinas policiais e impunidade*, elaborado pelo grupo de pesquisa Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos da Universidade Federal Fluminense (GENI/UFF). Disponível em: https://geni.uff.br/wp-content/uploads/sites/357/2023/05/Relatorio_Chacinas-Policiais_Geni_2023.pdf. Acesso em 12 de novembro de 2023.

de impotência e negligência do Estado. Os policiais acusados de massacres e genocídios raramente são punidos, os processos arrastam-se por décadas, sem resolução. A repressão e o assassinato de jovens, em sua maioria negros, por policiais são denunciados pelos movimentos de mães que se encontram cada vez mais organizadas. São mulheres que fazem do luto a sua luta, enfrentando a polícia e o Estado, exigindo um trabalho de memória, verdade, justiça e reparação, uma vez que esses crimes são banalizados e caem no esquecimento da população muito rapidamente⁸. Memorializar esta violência é uma tarefa difícil. Em maio de 2021, ocorreu a chacina mais letal da história do Brasil, com 27 pessoas mortas no Jacarezinho, favela do subúrbio carioca (Fernandes; Gomes, 2024). Movimentos sociais e entidades se reuniram na construção de um memorial na forma de uma placa em concreto listando as vítimas da chacina, na qual constava também o nome do policial morto em serviço. Poucos dias após ser inaugurado, o memorial foi destruído em uma operação oficial da Polícia Civil do Rio de Janeiro⁹.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção da ideia de nação e de um aparato de Estado no Brasil não é homogênea e pacífica, como sugere a elaboração dos lugares de memória tradicionais¹⁰.

No Brasil, como em diversos países, a história oficial e seus monumentos têm sido objeto de contestação e reconstrução. Considerando a fragilidade da democracia social no Estado brasileiro – em que as desigualdades e dificuldades de acesso aos serviços essenciais prevalecem –, podemos compreender as razões que sustentam o descaso frente às memórias de grupos vulneráveis e suas repetições. O que percebemos é que contradiscursos, contudo, podem surgir, entrelaçados por demanda de justiça e reconhecimento, atrelados às lutas pela memória que se aproximam do tema da dor e da violência extrema. A existência dos lugares de memórias difíceis tensiona as narrativas tradicionais e reaquece a reflexão sobre a importância da crítica às noções de esfera

⁸Ver o trabalho do projeto de pesquisa e extensão *Justiça, Memória e Reparação* (ICS/UERJ). Disponível em: <https://www.instagram.com/jmr.uerj?igsh=dnJ2ZGxueW11Z2Z4>. Acesso em 12 de novembro de 2023.

⁹Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/05/11/memorial-no-jacarezinho-com-nomes-dos-mortos-na-operacao-mais-letal-do-rj-e-derrubado-pela-policia.ghtml>. Acesso em 12 de novembro de 2023.

¹⁰Os processos de silenciamentos e lembranças privilegiaram a narrativa nacional que valorizou a trajetória colonial portuguesa, em detrimento das experiências dos povos indígenas e africanos. Ver, Guimarães (1988) e Reis (2002) Santos (2013 e 2021).

pública, democracia e justiça. O conceito de esfera pública, como proposto por Habermas (1984) foi seminal para os debates sobre a justiça e a representatividade, ainda que tenha sofrido tantas críticas por se ater exclusivamente à organização burguesa da sociedade¹¹. Uma leitura comum dá conta de que a esfera pública é um espaço de mediação entre a sociedade civil e o Estado, um espaço para se exercer as demandas por reconhecimento e justiça. A leitura de Fraser (2022) nos ajuda a pensar as memórias difíceis ao propor a existência de diversos públicos no âmbito da esfera pública na chave dos “contra-públicos”.

Pretendemos, neste artigo, apresentar algumas ações de memorialização no Rio de Janeiro que se inserem neste fenômeno das disputas pela memória no espaço urbano que, embora com matizes, visões e propostas por vezes distintas, podem ser compreendidas no âmbito do que trabalhamos em uma agenda de pesquisa mais ampla, como memórias difíceis. Estas ações, como pretendemos demonstrar, se dão na disputa pela cidade, em contendas na esfera pública que organizam, dentre outras questões, demandas imputadas pela sociedade civil às políticas de Estado no âmbito da memória. Este jogo entre indivíduos, entidades de representação, movimentos sociais e o Estado organiza uma memória pública, lida, por nós, na chave de “constelações”, como na proposta de Walter Benjamin (2020). A intenção é reforçar que se organiza, na cidade, determinado imaginário e morfologia que impacta na memória coletiva, sempre composta por disputas de ‘memórias’ que são plurais, em relações assimétricas de poder e em movimento. Ou seja, em nossa perspectiva não há uma memória coletiva fixa na cidade, mas uma organização de memórias dispostas em um determinado contexto, em suportes, lembranças e esquecimentos.

O caminho de violência e opressão na construção das cidades, em especial na América Latina, é longo, e, embora esteja presente desde as guerras coloniais de conquista, a violência e a assimetria de poder que marcam o seu território nem sempre estão aparentes. A violência que remonta ao período colonial não é um fato do passado. Ela se atualiza de diferentes formas, expressas no que se compreende como colonialidade do poder (Quijano, 2005), em relações assimétricas na capacidade de produzir signos e significados. Milhares foram dizimados, povos indígenas e africanos foram atacados, com o sequestro, tortura e escravização, no entanto, poucas, ou nenhuma testemunha, pode

¹¹A noção de esfera pública foi retomada, especialmente nos estudos de Fraser (2022) acerca dos limites e avanços promovidos por novos movimentos sociais. Como crítica e adaptações para se pensar o conceito para a América Latina e o Brasil pode ser visto em Costa (2002).

deixar seu relato para gerações futuras. A violência do passado se reproduz no presente sob a forma de genocídio, exclusão e racismo. As narrativas oficiais atuam no ocultamento dos diferentes tipos de violência que atingiram e atingem os grupos mais vulneráveis, a partir de aparatos que procuram expressar uma ordem pacificada, a qual, no entanto, subjuga populações inteiras e suas mais variadas formas de expressão.

A existência das memórias difíceis no espaço urbano reforça o fato da cidade ser uma construção coletiva realizada por diferentes atores que devem ser reconhecidos. A existência de uma esfera pública mais plural só pode ser suposta se a memória pública agregar uma diversidade de atores. Muitos dos temas das memórias difíceis são travados devido às práticas racistas, sexistas e não republicanas de reconhecimento da necessidade de ampliação das políticas de memória para o reconhecimento dos diferentes grupos e trajetórias. Temos por objetivo contribuir para a definição do significado de memórias difíceis, indizíveis ou traumáticas, destacando a importância de seus suportes – também chamados de lugares de memória, e indicar a importância da parceria com os movimentos sociais que procuram por reparação às violências ocorridas. A construção de novos suportes de memórias relacionados aos grupos citados se faz urgente na geografia social e política do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas**: Reflexões sobre a expansão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ASSMANN, A. **Espaços de recordação**: Formas e Transformações da Memória Cultural. Campinas: Editora Unicamp, 2011.

ASSMANN, J. Communicative and cultural memory. In. **Cultural memory studies: an international and interdisciplinary handbook**. (ed.) ERL, Astrid; NÜNNING, Ansgar. Berlin; New York: De Gruyter, 2008.

BENJAMIN, W. **Sobre o Conceito de História**. Organização e tradução Adalberto Müller, Márcio Seligmann-Silva. São Paulo: Alameda, p. 74, 2020.

BOLLE, W. **Fisionomia da Metrópole Moderna**: Representação da História em Walter Benjamin. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

BUTLER, J. **Quem canta o Estado-nação**: língua, política, pertencimento. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2018.

COSTA, S. **As cores de Ercília**: esfera pública, democracia e configurações pós-nacionais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

ELIAS, E. *Sobre o Tempo*, Rio de Janeiro, ed. Jorge Zahar, 1998.

FERNANDES, A.; GOMES, S. Memórias não monumentais do Jacarezinho. In. **Lugares de Memórias Difíceis no Rio de Janeiro**. (Org) SANTOS, M. S. dos; FERNANDES, A. P.; CID, G. S. V. Rio de Janeiro, Mórula, 2024.

FERRAZ, J. D. A chacina de Vigário Geral In. **Lugares de Memórias Difíceis no Rio de Janeiro**. (Org) SANTOS, M. S. dos; FERNANDES, A. P.; CID, G. S. V. Rio de Janeiro, Mórula, 2024.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRASER, N. **Justiça interrompida**: reflexões críticas sobre a condição “pós-socialista”. São Paulo: Boitempo, 2022.

GILLIS, J. **Commemorations**: the politics of national identity. Princeton: Princeton University Press, 1994.

GOMES, L. A.; LÂNES, P. Marielle Franco e os suportes de contra memória: centelhas a partir do fogo em Borba Gato. In: 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2022, Evento Online. **Anais da 33ª Reunião Brasileira de Antropologia**, 2022. Disponível em:

https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwi66IizmcGMAxWvLbkGHaNULjoQFnoECBQQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.33rba.abant.org.br%2Ftrabalho%2Fview%3FID_TRABALHO%3D864&usg=AOvVaw0LkCqwZ8g-oXZTsTm9kY_e&opi=89978449. Acesso em: 05 abr. 2025.

GOMES, L. A.; LÂNES, P. Marielle Franco: objetos-semente na luta por justiça e memória. In. **Lugares de Memórias Difíceis no Rio de Janeiro**. (Org) SANTOS, M. S. dos; FERNANDES, A. P.; CID, G. S. V. Rio de Janeiro, Mórula, 2024.

GUIMARÃES, M. L. S. Nação e Civilização nos Trópicos: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, 1988.

HABERMAS, J. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006 (1950).

HALBWACHS, M. **Les Cadres Sociaux de la Mémoire**. Paris: Albin Michel, 1994 (1925).

HARTOG, F. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

HOBSBAWM, E; RANGER, T. (ed). **The invention of tradition**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

HOBSBAWM, E. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. São Paulo, Paz e Terra, 1990.

KAMINSKI, R.; NAPOLITANO, M. (org). **Monumentos, memória e violência**. São Paulo: Letra e Voz, 2022.

MENEGUELLO, C.; BENTIVOGLIO, J. (org.). **Corpos e Pedras**: estátuas, monumentalidade e história. Vitória: Editora Milfontes, 2022.

MENEZES, P. Amarildo: 10 anos de muitas mortes. *In*. **Lugares de Memórias Difíceis no Rio de Janeiro**. (Org.) SANTOS, M. S. dos; FERNADES, A. P.; CID, G. S. V.. Rio de Janeiro, Mórula, 2024.

MIRZOEFF, N. All the monuments must fall #charlottesville. **The Funambulist**, 2021. Disponível em: <https://thefunambulist.net/magazine/against-genocide/all-the-monuments-must-fall-charlottesville>. Acesso em: 10 nov. 2023.

NORA, P. (ed.) **LesLieux de Mémoire**. La République.1; La Nation.2; Les France.3. Paris: Éd. Gallimard, 1984; 1986; 1992.

POLLACK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, 2 (3): 3-15, 1989. Disponível em: https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em: 05 abr. 2025.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. (org) Lander E... Buenos Aires: Consejo Lationamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2005.

REIS, J. C. **As identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro, ed. FGV, 2002.

ROSSI, A. **A arquitetura da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SANTOS, M. S. dos. O pesadelo da amnésia coletiva: um Estudo Sobre os Conceitos de Memória, Tradição e Traços do Passado. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 23: 16-32, 1993. Disponível em: <https://anpocs.org.br/rbcs/>. Acesso em: 05 abr. 2024.

SANTOS, M. S. dos. **Memória Coletiva e Teoria Social**. São Paulo: Annablume, 2003.

SANTOS, M. S. dos. **Memória coletiva e identidade nacional**. São Paulo, Ed. Annablume, 2013.

SANTOS, M. S. dos. **Memória Coletiva e Justiça Social**. São Paulo: Garamond, 2021.

SANTOS, M. S. dos; FERNADES, A. P.; CID, G. S. V. (org). **Lugares de Memórias Difíceis no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Mórula, 2024.

SCHWARCZ, L. M. **Imagens da branquitude**: A presença da ausência. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

SMITH, A. **Nationalidentity**. New York: Penguin Books, 1991.

VERGES, F. (2020). Déboulonner une statue, quoi de plus légitime? **Révulocion Permanent**, 2020. Disponível em <https://www.revolutionpermanente.fr/Deboulonner-une-statue-quoi-de-plus-legitime> Acesso em: 10 nov. 2024.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à nossa querida amiga e orientadora Myrian Sepúlveda dos Santos (*in memoriam*), pela parceria nos trabalhos e imersão no tema de pesquisa da memória como um objeto sociológico. Este trabalho se inscreve no prolongamento da temática do livro *Lugares de Memórias Difíceis no Rio de Janeiro*, lançado em agosto de 2024 pela editora Mórula.

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores, bem como no que se refere ao uso de imagens.